

A HIERARQUIZAÇÃO DA SOCIEDADE DO CONSUMO: FONTE DA AUSÊNCIA DE ACESSO A RECURSOS E DIREITOS SOCIAIS

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação

Anthonella Ysalla de Oliveira Silva
Apoio: PIBIC Mackenzie

Raphael da Rocha Rodrigues Ferreira

Faculdade de Direito (FD)
Campus Alphaville

<10425307@mackenzista.com.br>
<raphael.ferreira@mackenzie.br>

RESUMO

A presente pesquisa analisa criticamente a *hierarquização* da sociedade de consumo contemporânea como elemento central na limitação do acesso a recursos e direitos sociais. A partir de uma abordagem interdisciplinar que articula Sociologia, Antropologia, Filosofia e Direito, investiga-se como a lógica capitalista, ao promover uma estratificação baseada no poder de compra, compromete o exercício pleno da cidadania. Com suporte teórico de autores como Bourdieu, Bauman, Crouch, Durkheim, Marx, Weber e entre outros, o estudo evidencia que o consumo ultrapassa a satisfação de necessidades básicas, operando como mecanismo simbólico de distinção social, reafirmação de privilégios e exclusão de grupos marginalizados. A análise percorre desde a formação histórica das estruturas hierárquicas — como castas, estamentos e classes — até a consolidação do capitalismo industrial e a emergência da sociedade de consumo, marcada pela obsolescência planejada e pela hiperexposição nas redes sociais. Ao examinar o consumo como expressão de cidadania e refletir sobre o conceito de pós-democracia, o estudo revela como a ação política é gradualmente substituída pelo consumo privado, reduzindo a participação cidadã a critérios econômicos. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica de documentos e categorias teóricas. Conclui-se que a estrutura consumista atual reforça desigualdades materiais e simbólicas, comprometendo os princípios democráticos e transformando direitos em bens acessíveis apenas a uma parcela da população. Ao mapear essas dinâmicas, a pesquisa contribui para o debate sobre os limites da cidadania em uma sociedade profundamente estratificada pelo consumo.

Palavras-chave: Estratificação Social; Sociedade de Consumo; Cidadania; Desigualdade Social; Pós-democracia.

ABSTRACT

This research critically analyzes the hierarchical structure of contemporary consumer society as a central element in limiting access to resources and social rights. Through an interdisciplinary approach that integrates Sociology, Anthropology, Philosophy, and Law, it investigates how capitalist logic—by promoting stratification based on purchasing power—undermines the full exercise of citizenship. Drawing on theoretical contributions from authors such as Bourdieu, Bauman, Crouch, Durkheim, Marx, Weber, among others, the study demonstrates that consumption goes beyond meeting basic needs, functioning as a symbolic mechanism of social distinction, reinforcement of privilege, and exclusion of marginalized groups. The analysis spans from the historical formation of hierarchical structures—such as castes, estates, and classes—to the consolidation of industrial capitalism and the emergence of consumer society, characterized by planned obsolescence and hyperexposure on social media. By examining consumption as an expression of citizenship and reflecting on the concept of post-democracy, the study reveals how political engagement is gradually replaced by private consumption, reducing civic participation to economic criteria. Methodologically, it adopts a qualitative approach based on bibliographic review and critical analysis of documents and theoretical categories. The study concludes that the current consumerist structure reinforces material and symbolic inequalities, compromises democratic principles, and transforms rights into goods accessible only to a portion of the population. By mapping these dynamics, the research contributes to the debate on the limits of citizenship in a society deeply stratified by consumption.

Keywords: Social Stratification; Consumer Society; Citizenship; Social Inequality; Post-democracy.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea revela-se marcada por uma profunda desigualdade estrutural, expressa pela manutenção de uma hierarquia social articulada ao consumo e à lógica capitalista. Partindo de uma abordagem interdisciplinar que mobiliza aportes da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia e do Direito, esta pesquisa propõe-se a investigar como a hierarquização da sociedade contemporânea, calcada na lógica do consumo, limita o acesso a recursos, oportunidades e direitos sociais, comprometendo, assim, a realização plena da cidadania.

O problema de pesquisa delinea-se a partir da constatação de que, nas sociedades modernas, o consumo transcende sua função primária de suprimento de necessidades básicas, convertendo-se em instrumento de distinção simbólica, conforme demonstram teóricos como Pierre Bourdieu, Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard. Nesse contexto, o poder de compra, associado a fatores como capital econômico, social, cultural e simbólico, torna-se critério determinante de inclusão ou exclusão, configurando uma cidadania fragmentada, condicionada à capacidade de consumir.

Para compreender esse fenômeno em profundidade, o trabalho estrutura-se em etapas sequenciais. Primeiramente, desenvolve-se um resgate histórico que aborda as origens da estratificação social, desde as sociedades antigas até a configuração de castas, estamentos e classes sociais, destacando as contribuições de Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Claude Lévi-Strauss para a compreensão das estruturas hierárquicas. Em seguida, analisa-se a emergência do capitalismo moderno, a acumulação primitiva de capital, o advento da Revolução Industrial e a consolidação da divisão do trabalho como elementos que redefiniram a lógica de estratificação, conferindo ao consumo um papel central na legitimação das desigualdades.

Na sequência, o estudo avança para a análise da sociedade de consumo, examinando como estratégias de marketing, mídia e redes sociais amplificam a lógica da diferenciação e da obsolescência planejada, fomentando uma cultura de consumo constante e descartável. Para isso, dialoga-se com as perspectivas de autores contemporâneos como Byung-Chul Han, que contribuem para o entendimento das implicações da hiperconectividade e da exposição de status nas plataformas digitais.

Posteriormente, o trabalho dedica-se a investigar as relações entre consumo, cidadania e democracia, explorando o conceito de pós-democracia, de Colin Crouch, para evidenciar como o ato de consumir substitui progressivamente a participação política substantiva,

restringindo a ação cidadã à esfera privada e reforçando a concentração de poder em elites econômicas e corporativas.

Dessa forma, esta investigação pretende oferecer uma compreensão abrangente da hierarquização da sociedade de consumo como obstáculo concreto ao acesso universal a direitos fundamentais, elucidando as contradições de uma democracia formal que, em grande medida, se estrutura sobre desigualdades materiais. Ao mapear essas camadas de estratificação e discutir suas implicações para o exercício pleno da cidadania, o estudo contribui para o aprofundamento crítico do debate acadêmico acerca das dinâmicas de poder e exclusão social no capitalismo contemporâneo.

Para tanto, busca investigar como a lógica capitalista, ao promover uma estratificação baseada no poder de compra, compromete o exercício pleno da cidadania e elucidar as contradições de uma democracia formal que se estrutura sobre profundas desigualdades materiais. A pesquisa parte da hipótese de que a sociedade de consumo contemporânea, ao consolidar uma estratificação social calcada no poder de compra, não apenas compromete a universalidade de direitos, mas também aprofunda significativamente as desigualdades materiais e simbólicas, transformando direitos em bens acessíveis apenas a uma parcela da população.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica de documentos e categorias teóricas. Os critérios de seleção das fontes priorizaram obras clássicas e contemporâneas de referência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Direito, com ênfase em autores que discutem a estratificação social, o consumo simbólico e os impactos da pós-democracia. Foram incluídas publicações acadêmicas reconhecidas, livros teóricos e artigos que apresentam relevância e consistência metodológica. Como limitação, destaca-se a ausência de dados empíricos ou entrevistas, o que restringe a análise à dimensão teórica e simbólica do fenômeno estudado. Além disso, a pesquisa está circunscrita ao contexto ocidental capitalista, não abordando variações culturais significativas em outras regiões do mundo.

2. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A análise histórica da humanidade revela que a estratificação social – classificação de grupos ou indivíduos baseada em status, poder ou privilégios - é um fenômeno que remonta às civilizações antigas, incluindo, mas não se limitando, às sociedades Romana, Grega, Egípcia e Babilônica.

A observação da trajetória social ao longo da história indica que a estruturação hierárquica tem sido uma constante, embora apresente peculiaridades inerentes a cada época e contexto sociocultural. Como consequência dessa disposição social, o agravamento dos índices de desigualdade social manifesta-se de maneira relevante em sociedades estratificadas, culminando em revoltas populares e conflitos civis que se inscrevem no passado histórico da humanidade.

Dentro da linha histórica social, há múltiplos fatores que contribuíram para a forma de classificação da sociedade, abrangendo dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais, além de categorias como gênero, raça, etnia e orientação sexual. Esses elementos contribuem para a formação de classes sociais desfavorecidas, resultando na marginalização dessa população em relação ao acesso integral à cidadania e à prática dos direitos civis e fundamentais inerentes à condição humana.

De forma ampla, a estratificação social representa a disposição sistemática da sociedade em estratos ou camadas hierarquicamente organizadas, as quais são delineadas com base em variáveis tais como patrimônio financeiro, autoridade política, ocupação, educação, status social, entre outros fatores distintivos. Esta estruturação facilita a alocação dos sujeitos em categorias sociais que refletem diferentes níveis de poder, reconhecimento e acesso a recursos, refletindo as disparidades socioeconômicas inerentes à sociedade.

Nessa perspectiva, essa organização social constitui um espectro de disparidades que permeiam certos conjuntos de indivíduos dentro de uma comunidade, segregando-os dos demais em algum aspecto significativo. Tal segregação implica que determinados grupos desfrutam de maior quantidade de privilégios e possibilidades comparativamente a outros. Como resultado dessa configuração social, as oportunidades de um indivíduo em termos de acesso a recursos, à melhoria de sua condição de vida e ao seu poder de influência no seio social podem ser substancialmente afetadas. Em outras palavras, sujeitos ou grupos obtêm vantagens e, assim, adquirem benefícios em detrimento de outros.

Embora a estratificação social apresente um traço distintivo na segmentação da população em estratos ou camadas hierarquicamente organizadas, cada sociedade exhibe particularidades específicas no que tange ao seu funcionamento. Consoante com o contexto cultural e socioeconômico inerente a sociedade, os estratos ou camadas podem assumir formas diversas, tais como o sistema de castas na Índia, os estamentos na Europa Ocidental durante o período feudal, e as classes sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Nessa conjuntura, é relevante mencionar o antropólogo Claude Lévi-Strauss, amplamente reconhecido por sua contribuição ao desenvolvimento da Antropologia

Estruturalista. De acordo com o autor, as culturas humanas compartilham estruturas subjacentes universais e inconscientes, que organizam sistematicamente as relações sociais. Essas estruturas podem ser observadas em diferentes manifestações culturais, como mitos, rituais, sistemas de parentesco e outras formas de organização social (Lévi-Strauss, 2008, p. 36). Em essência, o estruturalismo se propõe a identificar as regras e padrões que fundamentam as interações sociais e culturais.

À luz do exposto, no sistema de castas indiano, por exemplo, a posição social de um indivíduo é rigidamente definida no momento do nascimento, configurando uma condição imposta e imutável ao longo da vida. Essa característica torna a herança da posição social um elemento permanente, eliminando qualquer possibilidade de mobilidade social. Nesse contexto, as castas podem ser compreendidas sob duas perspectivas principais.

Em uma primeira definição, as castas são grupos hereditários, vinculados a ocupações específicas e a uma posição predeterminada na hierarquia social local. Já em uma segunda definição, as castas constituem uma categoria classificatória, isto é, uma estrutura abstrata, e não um agrupamento concreto de pessoas (Dumont, 1992). As relações de superioridade e inferioridade entre as castas são estabelecidas por uma série de oposições, que as distinguem e, simultaneamente, as interligam de maneira dinâmica, conferindo complexidade ao sistema.

Subjacente à complexidade das relações hierárquicas encontra-se um princípio estrutural fundamental: a oposição entre puro e impuro. É nessa dualidade que se fundamenta o princípio hierárquico, sendo a ordem linear das castas apenas um desdobramento secundário dessa estrutura (Dumont, 1992, p.108). Nesse contexto, o modelo estrutural-hierárquico proposto por Lévi-Strauss não se limita a descrever uma forma específica de organização social, mas busca compreender as condições subjacentes que possibilitam sua emergência.

Conforme argumenta Dumont, a hierarquia representa a estrutura que organiza o isolamento e a separação entre as castas, delimitando as relações e interações sociais dentro desse sistema (1992, p.43). Assim, o modelo estrutural oferece não apenas uma explicação para a organização social, mas também uma compreensão das dinâmicas que sustentam sua perpetuação.

Embora os estudos de Lévi-Strauss sejam amplamente reconhecidos por sua aplicação às castas indianas, é possível identificar ideologias comparáveis em outras formas de organização social, como os estamentos da Europa Ocidental no período feudal e as classes sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em todas essas estruturas, as oposições binárias desempenham um papel central na hierarquização social (Lévi-Strauss, 2008, p. 57).

Diante das sociedades capitalistas contemporâneas, a organização social é marcada pela divisão em classes, estruturada pela oposição baseada na posse de capital. Essa hierarquização coloca aqueles que detêm maior capital no ápice da estrutura social, conferindo-lhes poder e influência, enquanto marginaliza aqueles desprovidos de capital. Durante a Segunda Revolução Industrial, por exemplo, emergem duas classes sociais distintas: a burguesia, composta pelos detentores dos meios de produção, e o proletariado, formado por trabalhadores assalariados. A burguesia concentra prestígio social, poder político e capacidade de consumo, ao passo que o proletariado enfrenta limitações no acesso a bens e serviços. Nesse contexto, os indivíduos deixam de ser agrupados segundo relações de descendência e passam a ser organizados com base na atividade social que desempenham. Como aponta Émile Durkheim, o lugar ocupado por cada indivíduo não é mais definido pela consanguinidade, mas pela função social que ele exerce (1995, p.35).

Com o avanço da industrialização e o aprofundamento da divisão do trabalho, a sociedade passa a se organizar em distintos grupos profissionais, resultando em uma maior especialização funcional. Segundo Durkheim, a divisão do trabalho transcende o âmbito econômico e está diretamente relacionada ao desenvolvimento da solidariedade orgânica nas sociedades modernas. Essa solidariedade, sustentada pelas diferenças individuais, promove uma interdependência funcional entre os diversos membros da sociedade, semelhante ao funcionamento de órgãos em um corpo (Durkheim, 1999, p.105). Nesse sentido, a solidariedade orgânica baseia-se no consenso gerado pela complementaridade entre funções distintas, criando laços econômicos e sociais interdependentes.

Nas sociedades contemporâneas, a hierarquia entre as classes sociais reflete essa interdependência econômica. O capital acumulado pela burguesia depende diretamente do trabalho realizado pelo proletariado, enquanto a remuneração dos trabalhadores é garantida pelos lucros da classe burguesa. Essa organização social, baseada na desigualdade de acesso a recursos, direitos e oportunidades, evidencia a oposição entre aqueles que detêm maior e menor capital.

A formação de sociedades estratificadas, portanto, não decorre de eventos "naturais" ou externos à essência humana, pelo contrário, emerge das ações coletivas em contextos de luta social. As oposições binárias presentes nas estruturas sociais contribuem para a consolidação de uma hierarquização que organiza a sociedade de forma piramidal, com maiores oportunidades concentradas no topo e limitações na base. Esse modelo de organização é especialmente evidente nas sociedades contemporâneas, em que as condições materiais de existência desempenham um papel central na definição das relações sociais, conforme

destacado por Karl Marx: “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual” (2013, p. 298).

3. DA ORIGEM DO CAPITALISMO ÀS CLASSES SOCIAIS

No interregno que sucedeu a crise do sistema feudal, o renascimento urbano e comercial emergiu como um marco distintivo na transição da Idade Média para a Idade Moderna. A emergência de uma classe social inovadora, a burguesia, cujo propósito residia na facilitação de seus empreendimentos comerciais, impulsionou o investimento em atividades mercantis, particularmente por meio das feiras medievais. Essa classe ascendente buscava fomentar uma economia pautada no acúmulo de capital, razão pela qual levou Karl Marx a caracterizar essa fase inicial do capitalismo como "acumulação primitiva de capital" (2013, p. 457). A riqueza, nesse período, assumiu um papel central na definição das hierarquias sociais.

O processo de acumulação ao longo dos séculos permitiu à burguesia direcionar investimentos para o capitalismo industrial, promovendo transformações significativas no âmbito político e social. A etapa conhecida como “acumulação primitiva de capital”, ou capitalismo mercantil, culminou com a Revolução Industrial no final do século XVIII. Com o advento da indústria, verificou-se um progresso econômico e social notável entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, a consolidação do trabalho assalariado, ainda que em condições precárias, gerou uma população apta ao consumo de bens produzidos em larga escala, consolidando o capitalismo industrial como sistema econômico dominante (Marx, 2013, p. 463).

O êxodo rural desempenhou um papel crucial nesse processo, ao garantir um contingente de mão de obra barata, indispensável para o crescimento da indústria. Os detentores de capital, nesse contexto, maximizavam seus lucros por meio do conceito de "mais-valia", formulado por Marx (2013, p. 458). Segundo o renomado autor, o sistema de mais-valia revela uma disparidade entre o valor gerado pelo trabalho do operário e o salário que lhe é pago. Essa diferença constitui a fonte de lucro do capitalista, uma vez que o trabalhador é remunerado apenas pelo valor de sua força de trabalho, enquanto o excedente é apropriado pela burguesia. Assim, o capitalismo fomenta a concentração de riqueza em poucas mãos, um processo que Marx denominou centralização do capital (2013, p. 459).

A industrialização transformou profundamente as relações sociais, substituindo o modelo de socialização baseado em contratos entre indivíduos "livres e iguais" por relações mediadas pela troca de mercadorias e pela organização do trabalho no modo de produção capitalista (Marx, 2000, p.65). Nesse contexto, Marx identificou que as condições materiais de

existência, estruturadas pela economia, moldam diretamente as superestruturas sociais, incluindo o direito, a educação e as formas de organização política e cultural. As instituições e ideologias, portanto, refletem as dinâmicas da base econômica (Marx, 2000, p.67).

Nesse sentido, o direito surge como um instrumento de dominação, essencial para assegurar a continuidade da estrutura hierárquica. Configurando-se como uma superestrutura influenciada pelo "espírito capitalista", o sistema jurídico contribuía para naturalizar e apresentar como imutáveis as relações capitalistas, ocultando seu caráter histórico e explorador (Marx, 2013, p.161). Dessa forma, promovia uma igualdade formal que, na prática, perpetuava desigualdades materiais, já que princípios do direito burguês prevaleciam como inerentes ao sistema jurídico. A igualdade jurídica revelava-se ilusória, pois desconsiderava as condições desiguais de acesso aos meios de produção: enquanto o trabalhador possuía apenas sua força de trabalho, o burguês detinha capital e propriedades (Bobbio, 1995, p.37).

A partir dessas perspectivas, a má distribuição de capital emerge como elemento central na explicação da estratificação social. A divisão do trabalho e o modelo de produção capitalista estabelecem uma hierarquia na qual a burguesia, proprietária dos meios de produção, ocupa o ápice, enquanto o proletariado, possuindo apenas sua força de trabalho, é explorado. Essa relação de exploração intensifica as desigualdades sociais e reforça a polarização entre burguesia e proletariado. Dessa forma, para Marx, a luta de classes é a força motriz das transformações históricas e resulta diretamente das disparidades inerentes ao modelo capitalista (Marx, 2013, p. 465).

Diante do exposto, para evitar as crises de superprodução decorrentes da Segunda Revolução Industrial, grandes corporações recorreram ao uso da mídia como ferramenta para estimular o consumo, consolidando uma cultura de consumo alienado e reforçando as dinâmicas hierárquicas características da sociedade de classes (Marx, 2013, p. 472). Nesse contexto, o trabalho intensivo dos proletários resultava em uma produção excedente de bens, enquanto os baixos salários limitavam o poder de compra dessa classe.

Dessarte, o poder de consumo passou a configurar-se como um critério central de estratificação social. A base econômica, nesse cenário, consolidava uma estrutura hierárquica marcada por desigualdades. Conforme Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual” (2013, p. 298). Desse modo, o capitalismo moderno perpetua disparidades fundamentadas no poder de compra, reforçando a estrutura hierárquica e a estratificação social.

Sob a mesma perspectiva e considerando os avanços das mídias sociais, o sociólogo Max Weber destaca que a distribuição de honra e prestígio é um fator determinante da

estratificação social. Para Weber, o consumo e os estilos de vida desempenham um papel central na construção da hierarquização social, contribuindo, assim, para a perpetuação das desigualdades (1984, p.687-688).

De acordo com Weber, os estamentos ou grupos de status se manifestam por meio de práticas específicas de consumo e modos de vida diferenciados. Esses grupos expressam sua posição social por intermédio de elementos como vestuário, padrões de comportamento e consumo, que evidenciam sua honra social e reforçam as distinções entre os indivíduos (Weber, 1984, p.687-688).

Embora o status social não dependa exclusivamente da posse de bens, a longo prazo, a propriedade tende a ser reconhecida como uma característica distintiva dos estamentos. Isso ocorre porque a manutenção de um estilo de vida distintivo requer uma certa disponibilidade de recursos, garantida, por sua vez, por uma participação contínua no poder econômico.

Nesse contexto, nas sociedades capitalistas modernas, a posse de determinados bens e a capacidade de utilizá-los no mercado configuram-se como fatores essenciais para a definição da posição social dos indivíduos. O predomínio da esfera econômica nessas sociedades atribui à riqueza e à propriedade um papel central na determinação da posição social.

4. SOCIEDADE DO CONSUMO

Com a consolidação do sistema capitalista nas sociedades contemporâneas, as dinâmicas sociais e os modos de vida passaram a ser profundamente moldados pelo consumismo, que se estabelece como um elemento essencial para a sustentação do sistema econômico vigente. Nesse contexto, a globalização econômica desempenhou um papel crucial ao intensificar os fluxos de comunicação, informações e comércio em escala planetária, permitindo uma maior circulação de mercadorias e serviços (ORTIGOZA, 2010, p. 15).

A criação do marketing desempenhou um papel fundamental nesse processo, garantindo a continuidade do consumo, especialmente em uma sociedade cada vez mais conectada por meios digitais. O setor terciário, responsável pela comercialização de produtos e serviços, passou a utilizar estratégias de propaganda que associam o ato de consumir a desejos, status ou estilos de vida que extrapolam sua funcionalidade prática. A capacidade de persuasão dessa ferramenta apresenta um papel central na indução ao consumo, exercendo influência significativa sobre os indivíduos, mesmo quando os produtos promovidos não se configuram como bens de primeira necessidade (ORTIGOZA, 2010, p. 32).

Nas últimas décadas, o advento das mídias sociais consolidou figuras como influenciadores digitais, que utilizam essas plataformas como ferramentas estratégicas para a divulgação de produtos e serviços. Esses agentes empregam técnicas persuasivas cuidadosamente elaboradas para estimular o desejo de consumo, muitas vezes ancoradas em narrativas que associam as mercadorias a estilos de vida aspiracionais. Nesse contexto, conforme analisado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2008, p. 50), as características intrínsecas da modernidade líquida – como a fluidez, a ausência de estruturas rígidas e a manipulação facilitada – tornam os indivíduos especialmente vulneráveis à influência das campanhas publicitárias.

Essas campanhas, por sua vez, promovem e intensificam a lógica do consumo constante e descartável, caracterizando-se pela substituição rápida de bens e pelo estímulo a uma insatisfação contínua que mantém o ciclo consumista em movimento. Tal dinâmica evidencia a intersecção entre as estratégias de marketing e os condicionamentos sociais, que juntos reforçam a perpetuação da cultura do consumo no cenário contemporâneo.

No contexto dos hábitos consumistas, a estrutura social exerce um papel determinante na diferenciação dos produtos e serviços consumidos (GEORGE, 1971, p. 22). A coexistência de uma ampla parcela da população com salários extremamente baixos ou dependente de atividades ocasionais, juntamente com uma minoria que detém rendas muito elevadas, resulta em uma divisão marcante na sociedade urbana. Essa divisão se manifesta entre aqueles que possuem acesso constante aos bens e serviços disponíveis e aqueles que, apesar de compartilharem as mesmas necessidades, não conseguem satisfazê-las. Tal cenário gera disparidades tanto quantitativas quanto qualitativas no consumo. Essas diferenças, por sua vez, constituem simultaneamente causa e consequência da criação e manutenção de dois circuitos distintos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37).

Diante disso, observa-se que o consumo de determinados bens está frequentemente associado a status e posição social. Aqueles que não possuem tais produtos tendem a permanecer em posições sociais inferiores, enquanto os que os detêm podem ser percebidos como pertencentes a classes sociais mais elevadas. Segundo Baudrillard, o consumo de bens na era moderna é marcado pela lógica da diferenciação, funcionando como uma "função social de prestígio e de distribuição hierárquica" (BAUDRILLARD, 1996, p. 10). Nesse cenário, o valor de troca ultrapassa a mera satisfação de necessidades básicas, superando o valor de uso ao proporcionar possibilidades de distinção social e sustentação de uma ideologia vinculada a essa diferenciação. Assim, o objeto não se reduz à função de atender necessidades; uma análise

aprofundada deve considerar os motivos de sua existência e o significado atribuído à troca, uma vez que "o valor de troca-signo é fundamental" (BAUDRILLARD, 1996, p. 10).

De acordo com Baudrillard, o objeto ultrapassa a função de satisfazer necessidades básicas, assumindo o papel de um elemento central na produção de demandas que frequentemente se apresentam como novas, acompanhando o processo de ascensão na escala social. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar não apenas os bens possuídos por uma classe social em comparação a outra, mas também a quantidade, a qualidade, a disposição desses objetos e o uso final atribuído a eles (BAUDRILLARD, 1996, p. 10-12).

Nesse contexto, Baudrillard argumenta que não é possível estabelecer uma relação direta e fixa entre um objeto e uma classe social específica. O autor identifica dois grupos distintos: o grupo de pertença, que utiliza os objetos como se fossem um direito adquirido, e o grupo de referência, que observa o primeiro grupo e busca assemelhar-se ou diferenciar-se dele, promovendo um jogo simbólico de distinção e conformidade (1996, p. 13-15). Para Baudrillard, os objetos e os usos que lhes são atribuídos funcionam como signos de uma suposta ascensão social e refletem a necessidade de pertencimento a determinado grupo. Sob a lógica capitalista, essa dinâmica constitui a força motriz que impulsiona o consumo, sendo este apresentado como um elemento fundamental do progresso (BAUDRILLARD, 1996, p. 16).

Na mesma linha de raciocínio, Bourdieu destaca que a superação de uma necessidade resulta imediatamente na criação de outra, que, para indivíduos em níveis inferiores da escala social, é percebida como um supérfluo ou luxo. Contudo, essas inovações, inicialmente vistas como luxos, tornam-se necessidades para as classes mais abastadas, que também se dedicam a substituir o que consideram obsoleto ou ultrapassado (1983, p. 70-72). Baudrillard segue um raciocínio similar ao apontar que a distinção – e, conseqüentemente, a exclusão – ocorre por meio da constante renovação de bens supérfluos. Quando uma classe inferior conquista acesso a um bem, como um objeto, uma peça de vestuário ou uma tendência que anteriormente era exclusivo de uma classe superior, esse bem é prontamente substituído por outro. Nesse processo, a satisfação das necessidades da classe mais abastada é rapidamente superada, enquanto as classes inferiores continuam a perseguir essa lógica de consumo como forma de ascensão social (BAUDRILLARD, 1996, p. 22-24).

Diante disso, é pertinente resgatar o conceito de modernidade líquida de Bauman, especialmente no âmbito de uma "comunidade do abandono". Para o sociólogo, a segurança anteriormente associada ao eterno foi progressivamente corroída pela modernidade, momento em que "os seres humanos se puseram a 'derreter tudo que é sólido' e a 'profanar tudo que é sagrado'" (2004, p. 119). Esse processo dá origem à fase líquida da modernidade, caracterizada

por uma transitoriedade universal que atribui à vida individual uma importância singular e efêmera (BAUMAN, 2004, p. 120-121). Ao analisar a contemporaneidade, Bauman identifica um ritmo vertiginoso de renovação, no qual os objetos se tornam obsoletos antes mesmo de saírem da fábrica, pois "tudo possui uma data de validade previamente estabelecida" (2004, p. 122). Nesse cenário, os indivíduos recorrem a variados recursos para acelerar a satisfação de suas necessidades, refletindo a volatilidade e a instabilidade intrínsecas à modernidade líquida (BAUMAN, 2004, p. 123).

Nesse âmbito, o tempo deixa de ser percebido de forma linear, passando a ser fragmentado ou pontilhado. A indústria, nesse cenário, intensifica suas estratégias ao criar um senso de urgência, incentivando os indivíduos a enxergarem cada momento como uma oportunidade única de consumo. Como resultado, os consumidores adquirem produtos com maior frequência, ao mesmo tempo em que os descartam de maneira acelerada. Segundo Bauman, "tudo possui uma data de validade previamente estabelecida", o que reflete a constante necessidade de substituir bens, impulsionando um ciclo incessante de consumo (2004, p. 122). Assim, consolida-se a era do abandono, em que os bens de consumo são rapidamente descartados para abrir espaço para novas aquisições.

Para Bauman, viver na modernidade líquida implica a ausência de hábitos fixos, o desprendimento do passado e a adoção de "identidades mutáveis", que podem ser descartadas ou substituídas quando se tornam obsoletas ou saem de moda (2004, p. 10). A cultura líquido-moderna é marcada pelo desengajamento, pela descontinuidade e pelo esquecimento, rejeitando a acumulação de saber e experiências (BAUMAN, 2004, p. 12). Nesse cenário, possuir o produto mais recente, aderir à última moda, consumir conteúdos populares e valorizar o que é amplamente aceito são comportamentos recorrentes, impulsionados pelo medo da rejeição social (BAUMAN, 2001, p. 13).

Esse fenômeno encontra ressonância na análise de Bourdieu, para quem o estilo de vida simboliza "a afirmação de um poder sobre a necessidade dominada" e encerra "a reivindicação de uma superioridade legítima sobre aqueles que, não sabendo afirmar esse desprezo pelas contingências no luxo gratuito e no desperdício ostentatório, permanecem dominados pelos interesses e as urgências mundanas" (1983, p. 88). Assim, o consumo funciona como um mecanismo de distinção social, reafirmando desigualdades e hierarquias sociais e culturais.

Para Bourdieu, as classes mais abastadas, que já ultrapassaram as necessidades materiais básicas, utilizam o consumo de bens supérfluos como um meio de distinção e distanciamento social (1983, p. 122). Por sua vez, Bauman interpreta essa prática como uma forma de enfrentar o medo de rejeição social, motivado pelo uso de objetos que já se tornaram obsoletos (2004, p.

67). Baudrillard aponta que “a inovação formal em matéria de objetos não tem como fim um mundo ideal dos objetos, mas um ideal social – o das classes privilegiadas, e que é o de reatualizar perpetuamente o seu privilégio cultural” (1996, p. 31). Em uma nota explicativa, o autor afirma ainda que “a inovação técnica – real – não tem como fim uma economia real, mas sim o jogo da distinção social” (1996, p. 33), culminando, assim, no descarte desses objetos. Na realidade, para Baudrillard, trata-se de uma instituição e de uma moral, que, em qualquer sociedade, passada ou futura, representa um elemento da estratégia de poder (1996, p. 33).

Diante do exposto, a dinâmica do consumo nas sociedades contemporâneas revela-se como um elemento fundamental na estruturação das relações sociais e na perpetuação das desigualdades sociais. A lógica do consumo, amplificada pela globalização econômica e pelas inovações do marketing, tem gerado uma cultura do consumismo constante e descartável, em que os bens não são mais apenas ferramentas para a satisfação das necessidades básicas, mas sim símbolos de status e distinção social.

Nesse cenário, o consumo se transforma em um mecanismo de exclusão e distinção, onde as classes mais abastadas utilizam o consumo de supérfluos para reforçar sua posição social, enquanto as classes mais baixas são constantemente impulsionadas pela busca por bens que garantam sua ascensão social. Assim, o consumo não apenas reflete, mas também alimenta as desigualdades sociais, tornando-se um elemento crucial na manutenção das hierarquias sociais e culturais.

5. A CULTURA DO CONSUMO

Em uma sociedade predominantemente capitalista e orientada pelo consumismo, as relações de consumo se configuram como interações cotidianas entre os indivíduos, expressando-se tanto por meio de negociações verbais quanto por contratos e documentos formalizados. No entanto, consumir vai além da mera transação comercial, assumindo significados sociais e culturais mais amplos. Conforme argumentam Mary Douglas e Baron Isherwood, o consumo pode ser compreendido como "um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei" (2005, p. 102), o que indica que a apropriação e utilização de bens não se restringem apenas às trocas mercadológicas, mas também englobam dinâmicas simbólicas e normativas que orientam os comportamentos e as interações sociais dentro desse sistema econômico.

Nesse contexto, é possível identificar dois princípios fundamentais que orientam o consumo na contemporaneidade. O primeiro princípio estabelece que as decisões de consumo são, em tese, voluntárias, permitindo que os indivíduos escolham, adquiram e utilizem bens

conforme suas preferências e necessidades pessoais. O segundo princípio aponta que a experiência de consumo não se restringe à simples aquisição de um bem, mas abrange também os significados simbólicos e culturais que esse bem assume no contexto social do consumidor. Dessa maneira, o consumo transcende a lógica estritamente econômica e utilitária, consolidando-se como um fenômeno social e cultural complexo, no qual os bens adquiridos desempenham papéis essenciais na construção identitária e na diferenciação social.

Sob essa ótica, Douglas e Isherwood destacam que a cultura contemporânea é marcada por um cenário no qual "os altos padrões de consumo entram na competição pelo status social diferenciado." (2005, p. 87). Essa afirmação sugere que o consumo não deve ser analisado apenas como um reflexo da cultura, mas como um elemento constitutivo de uma cultura do consumo, na qual a aquisição e o uso de bens ultrapassam a mera satisfação de necessidades materiais, tornando-se centrais para a estruturação das relações sociais e para a construção da identidade dos indivíduos. Os autores reforçam essa ideia ao afirmarem que "[...] as decisões de consumo se tornam a fonte vital da cultura do momento." (2005, p. 102), evidenciando que os hábitos de consumo não apenas refletem, mas também modelam os valores culturais de uma determinada sociedade.

A partir dessa análise, a posse de determinados bens, frequentemente associados à riqueza, não se justifica apenas por sua utilidade intrínseca, mas principalmente pelas relações sociais que esses bens viabilizam e sustentam. A definição de pobreza, por exemplo, não se limita à falta de bens materiais, mas é construída culturalmente por meio de exclusões sociais sistemáticas. Esse processo decorre do fato de que, culturalmente, certos grupos controlam o acesso aos bens de consumo, criando uma conexão intrínseca entre consumo e poder. Os mecanismos empregados para restringir esse acesso não apenas dificultam a participação de determinados indivíduos nas trocas econômicas e sociais, mas também influenciam diretamente os processos de inclusão e exclusão na sociedade.

Em função disso, Douglas e Isherwood argumentam que as escolhas de consumo refletem julgamentos morais e valores culturalmente instituídos, reforçando hierarquias sociais e delimitando fronteiras simbólicas entre diferentes grupos. Como consequência dessa interdependência entre consumo e cultura, o ato de consumir ultrapassa a mera satisfação de necessidades individuais e assume uma função estruturante na dinâmica social. O consumo torna-se, assim, um mecanismo essencial por meio do qual os indivíduos expressam pertencimento, distinção e significado dentro do contexto sociocultural em que estão inseridos. Essa relação é sintetizada pelos autores ao afirmarem que "os bens são, portanto, a parte visível

da cultura" (2005, p. 114), evidenciando que os objetos materiais desempenham um papel central na construção e na manifestação das identidades sociais.

No mesmo sentido, Pierre Bourdieu oferece contribuições fundamentais para a compreensão do consumo ao analisar seu papel no sistema simbólico que estrutura as relações sociais. Segundo o autor, a sociedade orientada pelo consumo está estruturada a partir de um sistema simbólico que confere significado às práticas e escolhas individuais. Esse sistema não apenas organiza as relações sociais, mas também legitima e reproduz desigualdades, uma vez que os bens de consumo funcionam como marcadores de posição social (BOURDIEU, 1994, p.150). Como sintetiza Bourdieu, hodiernamente o consumo opera como um mecanismo simbólico de diferenciação, determinando o acesso a determinados espaços sociais e consolidando a estratificação dentro da sociedade (1994, p.150).

À luz do exposto, e considerando que o consumo ultrapassa a mera satisfação racional de necessidades básicas e orgânicas, ao se dissociar exclusivamente da esfera da necessidade, o consumidor ocupa uma posição paradoxal no contexto socioeconômico contemporâneo. Por um lado, ele se apresenta como um agente economicamente ativo, exercendo sua autonomia na escolha e aquisição de bens e serviços; por outro, encontra-se suscetível à influência de padrões de consumo que são moldados pela lógica da emulação e pela busca contínua por status social. Esse fenômeno evidencia que as decisões de consumo não podem ser compreendidas unicamente como expressões de preferências individuais racionais, uma vez que são amplamente condicionadas pelo desejo de imitação dos hábitos de consumo das classes economicamente superiores e pela aspiração à mobilidade social ascendente.

Dessa maneira, torna-se perceptível uma tensão estrutural entre os mecanismos de mercado e as hierarquias sociais, revelando que o consumo não deve ser analisado apenas sob uma perspectiva estritamente econômica. Em vez disso, é fundamental considerá-lo como um instrumento de diferenciação social, por meio do qual se estabelecem critérios de inclusão e exclusão dentro da estrutura social. Assim, o consumo desempenha um papel central na manutenção e na reprodução das desigualdades, funcionando não apenas como um reflexo das condições materiais dos indivíduos, mas também como um elemento estruturante das dinâmicas simbólicas que regulam o acesso a determinados bens, serviços e espaços sociais.

6. O CONSUMO COMO EXPRESSÃO DA CIDADANIA

A compreensão da cultura material contemporânea, frequentemente interpretada como um subproduto de uma autenticidade primitiva ou como manifestação alienada e alienante de um capitalismo opressor, encontra raízes profundas no pensamento filosófico ocidental. Tal

perspectiva associa a cultura material à expressão de uma era historicamente marcada pela supremacia da aparência em detrimento da essência, evidenciando, assim, uma sociedade “consumida” por uma espécie de patologia cultural caracterizada pela superficialidade e pela insatisfação permanente.

Nessa linha de raciocínio, Daniel Miller afirma que tal visão reducionista negligência dimensões fundamentais do fenômeno do consumo na contemporaneidade. Em vez de concentrar a crítica apenas no que a cultura de consumo, por meio de suas instituições — como a indústria cultural, o marketing e a publicidade — impõem à coletividade, o autor propõe um deslocamento analítico. Para Miller, é imperativo examinar aquilo que a sociedade de consumo possibilita que os indivíduos sejam, façam, sintam e pensem a partir de suas interações cotidianas com a cultura material e com o consumo de massa.

Sob essa ótica, o ato de consumir não se resume a um refúgio da alienação contemporânea, mas assume a função de mecanismo por meio do qual os sujeitos exercitam, de forma prática, a afirmação de sua própria humanidade. O consumo, portanto, revela-se como um ato potencialmente criativo, capaz de converter objetos alienáveis em bens inalienáveis, investidos de significados únicos atribuídos no contexto da vida social (Miller, 1987, p. 190).

Esses significados começam a ser delineados no instante da aquisição — seja mediante transações de mercado ou por meio de políticas estatais de distribuição —, momento em que a individualidade se expressa na escolha e na ressignificação do objeto. A partir desse marco, instaura-se um processo dinâmico em que o sujeito manipula, adapta e reinterpreta o artefato, progressivamente desvinculando-o de sua condição de simples produto de um sistema produtivo abstrato e impessoal.

Assim, as mercadorias, ao emergirem do circuito produtivo, apresentam-se como conjuntos de potencialidades materiais e simbólicas ainda indeterminadas, à espera de serem apropriadas e atualizadas. Quando inseridas nos universos individuais, familiares ou coletivos, essas mercadorias são “ressocializadas”, tornando-se elementos centrais na construção de identidades, na consolidação de laços afetivos e na articulação de pertencimentos sociais (Miller, 1987, p. 191).

As transformações descritas por Miller abarcam tanto as modificações físicas a que os objetos são submetidos ao longo de sua existência quanto sua participação na dinâmica simbólica de um ambiente cultural particular. No contexto da sociedade capitalista de produção em massa, observa-se, por outro lado, que o trabalhador é expropriado dos frutos de sua criação, conferindo aos objetos uma existência autônoma inseridas em uma esfera exterior e, muitas vezes, alheia ao controle individual — o denominado “mundo das mercadorias”. Desprovidos

do resultado de seu trabalho, os sujeitos buscam no consumo uma fonte de gratificação que, paradoxalmente, é comumente taxada de “inautêntica” ou, alternativamente, utilizada como um “palco” de reconfiguração de formas de sociabilidade e estratificação social, sustentadas em uma materialidade fetichizada (Rosales, 2009).

Nesse contexto, Benjamin Barber aprofunda a crítica ao evidenciar o deslocamento do capitalismo de um modelo essencialmente produtivista, voltado à satisfação de necessidades reais, para um paradigma consumista, que induz e satisfaz necessidades falsas. Tal transição cria impactos profundos na qualidade da cidadania contemporânea. Segundo Barber, ao instituir um “ethos infantilista” (2005, p.5), o capitalismo atual fomenta uma mentalidade de gratificação imediata, desestimulando a autonomia crítica e o exercício pleno da responsabilidade cívica. A figura do cidadão, dotado de direitos, deveres e agência política, é gradativamente substituída pela do consumidor passivo, cuja função primordial restringe-se à aquisição incessante de bens e serviços que, na maioria das vezes, não correspondem a necessidades autênticas, mas sim a demandas fabricadas pelo próprio sistema de mercado (Barber, 2005, p.81).

Para Barber, essa lógica não apenas compromete a qualidade dos produtos — frequentemente simplificados, descartáveis e orientados para o prazer momentâneo — como também subverte a própria estrutura democrática, na medida em que direciona a energia cívica para a consumo privado em detrimento da construção coletiva do bem comum. A infantilização torna-se, assim, um instrumento de despolitização, ao deslocar o centro da ação social do espaço público para a esfera individualizada do consumo, esvaziando o potencial transformador da participação política. Desse modo, o consumo deixa de ser apenas uma prática econômica para se converter em um dispositivo disciplinador, que molda comportamentos, valores e subjetividades conforme os interesses de um mercado que, saturado de bens supérfluos, depende da existência de consumidores perpetuamente insatisfeitos. Nesse sentido, a cidadania, restrita à sua dimensão consumista, fragiliza-se enquanto projeto de emancipação coletiva, comprometendo a vitalidade democrática e a possibilidade de formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados.

7. PÓS-DEMOCRACIA E AS GARANTIAS INDIVIDUAIS

Na contemporaneidade, discute-se amplamente a imprescindibilidade de consolidação de um ambiente genuinamente democrático, no qual direitos sociais e individuais sejam assegurados de forma efetiva, independentemente de fatores externos que possam interferir em sua concretização. Tal consolidação pressupõe não apenas a existência de garantias formais,

mas também a promoção de uma participação cívica ativa e consciente, condição essencial para a manutenção de uma sociedade democrática robusta.

Ao longo da evolução histórica da democracia, diversos autores se debruçaram sobre suas transformações e limitações, destacando-se, nesse contexto, a teoria da pós-democracia formulada por Colin Crouch. Segundo o autor, o conceito de pós-democracia designa uma fase específica do regime democrático na qual persistem os institutos formais da democracia — como eleições periódicas, partidos políticos e garantias constitucionais —, mas a participação popular efetiva encontra-se progressivamente esvaziada. O processo eleitoral, por sua vez, torna-se um espetáculo midiático, frequentemente capturado por estratégias de manipulação política e orientado pelos interesses de uma elite econômica que, em grande medida, condiciona as decisões políticas. Assim, as instituições democráticas deixam de atuar primordialmente em prol dos cidadãos para se tornarem instrumentos a serviço de uma lógica de capitalismo selvagem, voltado para a maximização do lucro e, por vezes, para a proteção de interesses escusos e particularistas.

Constata-se, ainda, uma tentativa de conciliar os ideais democráticos clássicos — como a igualdade, a representatividade e a soberania popular — com novas demandas contemporâneas de cunho liberal, sobretudo no que concerne à proteção de direitos individuais e à consideração das demandas de grupos historicamente minorizados (MOUFFE, 2000). Todavia, tal conciliação se dá de forma ambígua, muitas vezes instrumentalizada como retórica de legitimação de práticas que perpetuam exclusões estruturais.

Para Crouch, a pós-democracia transcende a própria noção de governo do povo, questionando radicalmente o sentido tradicional de governo. Em suas palavras, a pós-democracia configura-se como um sistema em que a deferência popular em relação aos governantes se dissipa, transformando os políticos em figuras análogas a comerciantes, cuja principal preocupação reside em identificar e explorar os desejos de seus “clientes” — os eleitores — com o intuito de manterem-se competitivos no “mercado” eleitoral. Nessa lógica, os cidadãos assumem um papel predominantemente passivo, privados de controle substancial sobre as decisões políticas e, em muitos casos, alheios ao real funcionamento das estruturas de poder, o que os torna especialmente suscetíveis a mecanismos de manipulação promovidos por parte de atores políticos e elites corporativas.

No contexto das sociedades industriais, Crouch destaca a existência, durante grande parte do século XX, de um pacto tácito entre a burguesia — enquanto representante dos interesses do capital — e a classe trabalhadora. Esse acordo informal implicava a disposição da elite econômica em aceitar limitações ao seu poder, mediante a concessão de determinados

direitos e garantias laborais, como forma de assegurar a estabilidade do sistema capitalista e de conter possíveis levantes contra as desigualdades estruturais. Com o passar das décadas, no entanto, tal pacto foi progressivamente desarticulado, à medida que as elites aperfeiçoaram suas estratégias de dominação simbólica e manipulação discursiva, enquanto a população, confrontada com a complexidade crescente dos problemas sociais, econômicos e políticos, tornou-se cada vez mais desmotivada e descrente da eficácia de sua participação cívica (CROUCH, 2000, p. 3).

A partir da década de 1970, observa-se a reconfiguração do modelo econômico, marcada pela transição de políticas centradas na produção e no consumo sustentado pela classe trabalhadora para um paradigma dominado pela financeirização e pela preponderância do capital especulativo. A centralidade econômica migra do trabalho para o capital financeiro, favorecendo, mais uma vez, a imposição dos interesses das elites econômicas em detrimento dos trabalhadores e sobre o próprio Estado, aprofundando as contradições inerentes ao modelo democrático liberal e consolidando as condições estruturais da pós-democracia.

Nesse sentido, o acúmulo de capital confere à denominada “elite corporativa” prerrogativas políticas e econômicas que não se estendem a outros grupos inseridos na estrutura social. Tomando por base na concepção de classe entendida como a correspondência entre a posição econômica ocupada pelos indivíduos e seu respectivo grau de acesso ao poder político (CROUCH, 2000, p. 20), torna-se possível caracterizar a elite corporativa como uma classe dominante. Em razão disso, torna-se de seu interesse estratégico impedir que as demais classes sociais consigam formular identidades coletivas autônomas, uma vez que o fortalecimento dessas identidades poderia subverter tal lógica de dominação vigente por meio do exercício pleno do sistema democrático e do poder numérico das classes média e trabalhadora, que, embora representem a maioria populacional, concentram parcela significativamente inferior da riqueza acumulada.

Sob tal perspectiva, o consumo passa a exercer uma função substitutiva da participação política tradicional, deslocando para o mercado decisões outrora debatidas e deliberadas democraticamente. Para aqueles que detêm o poder, torna-se conveniente a manutenção de uma máquina democrática operante sob a perspectiva ilusória de igualdade substancial entre os indivíduos, alimentando a narrativa de que todos, em tese, usufruem dos mesmos direitos e deveres inerentes ao regime democrático (CROUCH, 2000, p. 21).

Diante desse quadro, a pós-democracia se apresenta, na concepção de Crouch, como a antítese do ideal democrático pleno — este entendido como um arranjo institucional em que amplos contingentes populacionais possuem efetivas oportunidades de participação ativa na

vida pública. Na realidade pós-democrática, a participação cidadã se torna residual, enquanto o poder político se concentra, de forma cada vez mais robusta, nas mãos de elites corporativas e financeiras. Trata-se, assim, de um contexto no qual as garantias e instituições democráticas subsistem formalmente, mas encontram-se, na prática, capturadas por interesses privados, comprometendo os fundamentos de uma democracia substantiva.

7. CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo desta pesquisa permitiu demonstrar de forma clara como a estruturação hierárquica das sociedades contemporâneas, sustentada pela lógica do capitalismo e da cultura do consumo, constitui um fator determinante na manutenção e reprodução das desigualdades sociais. Partindo de um resgate histórico das origens da estratificação, passando pelas transformações do capitalismo — da acumulação primitiva à sociedade de consumo — o estudo evidenciou que a segmentação social não é um fenômeno estático, mas uma construção histórica, dinâmica e adaptável às novas configurações econômicas, políticas e tecnológicas.

A partir dos aportes teóricos de autores como Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Baudrillard, Bauman, entre outros, ficou evidente que o consumo, longe de se restringir ao atendimento de necessidades básicas, assume papel central como instrumento de distinção, reforçando fronteiras simbólicas que delimitam status, pertencimento e prestígio social. Verificou-se que, na sociedade de consumo, a posse de bens — muitas vezes supérfluos — é convertida em signo de poder, traduzindo-se em práticas que perpetuam privilégios de classes superiores e restringem o acesso a recursos e direitos às classes subalternas.

A pesquisa também destacou como o advento das tecnologias digitais e o surgimento de novas formas de mediação simbólica, como as redes sociais, intensificaram essa lógica, ampliando a visibilidade das hierarquias e consolidando novos mecanismos de exclusão. Nesse cenário, a cidadania passa a ser compreendida não apenas como condição jurídica, mas também como prática cotidiana mediada pela capacidade de consumir — o que, paradoxalmente, transforma direitos fundamentais em bens de acesso desigual, conforme o capital econômico, cultural e social detido por cada indivíduo.

Outro ponto central elucidado pelo estudo refere-se à tensão entre democracia formal e desigualdades materiais. À luz do conceito de pós-democracia, evidencia-se que, embora subsistam garantias constitucionais e institutos democráticos, a concentração de poder nas mãos de elites econômicas limita a participação cidadã substantiva, deslocando a energia cívica para

o consumo e restringindo o espaço público de deliberação. Assim, o consumo surge como um substitutivo da ação política, aprofundando a alienação e a fragmentação social.

Diante de tais constatações, esta pesquisa atinge seu objetivo principal ao revelar que a hierarquização da sociedade de consumo constitui uma barreira concreta ao pleno exercício da cidadania e à efetivação de direitos sociais. As dinâmicas analisadas comprovam que o modelo de sociedade baseado na lógica consumista e na acumulação de capital não apenas legitima, mas naturaliza as disparidades de acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento social. Dessa forma, o consumo, mais do que uma prática individual, configura-se como linguagem simbólica e mecanismo estrutural de inclusão e exclusão social.

Portanto, o resultado desta investigação reafirma a hipótese de que a sociedade de consumo contemporânea, ao consolidar uma estratificação calcada no poder de compra, compromete a universalidade de direitos e aprofunda as desigualdades. Tal constatação contribui para ampliar a compreensão crítica sobre os desafios estruturais que ainda permeiam as democracias modernas, especialmente no que se refere à construção de uma cidadania efetivamente inclusiva, participativa e emancipada das amarras simbólicas e materiais impostas pela lógica do consumo.

8. REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BARBER, Benjamin. *Consumed: how markets corrupt children, infantilize adults, and swallow citizens whole*. New York: W.W. Norton & Company, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GEORGE, Pierre. *Geografia ativa*. Lisboa: Edições 70, 1971.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.

ORTIGOZA, Enrique. *Globalização e desigualdade*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSALÉS, Ricardo. *O fetichismo da mercadoria em Karl Marx: ontologia e crítica da economia política*. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. 2 v.